

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 17 a 21/02/2020):

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO SOBRE O QFP 2021-27								1
2. IN	COMISSÃO TELIGÊNCIA		ESTRATÉGIAS	PARA	os	DADOS	E	A 1
3. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE								3
		Eurogrupo						3
		Conselho de Assuntos Gerais						3
		Conselho (Negócios Estrangeiros)						4
		Conselho ECOFIN						4
		Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) sobre Educação						5
4.	BREXIT - REL	AÇÃO FUTURA						5
5.	AGENDA DA I	PRÓXIMA SEM <i>A</i>	NA					7
		Parlamento Euro	peu					7
		Comissão Europe	eia					7
		Conselho da Uni	ão Europeia					7



1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO SOBRE O QFP 2021-27

Está em curso um <u>Conselho Europeu extraordinário</u>, dedicado exclusivamente às <u>negociações</u> sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27. Este Conselho iniciou-se às 15h de dia 20 e tem sido marcado, essencialmente, por reuniões bilaterais entre o Presidente do Conselho e os vários Chefes de Estado e de Governo¹.





No momento do envio desta Síntese semanal, o Conselho está interrompido e não tem prevista a hora de encerramento, nem se será obtido um acordo. Caso venham a ser adotadas Conclusões, e para não atrasar o envio da restante informação desta síntese, reportaremos separadamente.

O Parlamento Europeu, por seu lado, publicou uma <u>análise da proposta do Presidente do Conselho</u>, desagregada com os números, bem como uma <u>tabela comparativa</u>, que importa analisar. O Presidente do PE, acompanhado da equipa negocial para o QFP, anunciou que <u>existe uma diferença de 230 mil milhões de euros</u> entre a proposta do Conselho e a <u>posição</u> do Parlamento.

Finalmente, o PE publicou uma <u>infografia</u> sobre os benefícios do mercado interno para os Estados-Membros, bem como uma <u>análise sobre como os ganhos de pertencer à UE não podem ser medidos por saldos operacionais entre contribuintes e beneficiários líquidos, documentos cuja consulta se sugere.</u>

Neste âmbito, a biblioteca do Conselho da UE também <u>disponibilizou uma resenha de</u> <u>referências de leitura</u> sobre o QFP 2021-27.

2. COMISSÃO APRESENTA ESTRATÉGIAS PARA OS DADOS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Comissão Europeia apresentou esta semana o seu <u>pacote sobre a estratégia digital</u>, que integra o <u>Livro Branco</u> com as opções políticas destinadas a assegurar o desenvolvimento de uma <u>inteligência artificial (IA)</u> centrada no ser humano hoje apresentadas são as primeiras medidas para atingir estes objetivos, bem como a <u>estratégia europeia para os dados</u>.

1

¹ O grupo dos Amigos da Coesão procurou <u>redefini</u>r a sua designação para "Amigos de uma Europa Ambiciosa"



As <u>ideias e ações</u> da Comissão visam uma transformação digital ao serviço de todos, refletindo o melhor da Europa: abertura, equidade, diversidade, democracia e confiança. O ponto de partida assenta na convicção de que a Europa tem tudo o que precisa para se tornar um líder mundial em sistemas de inteligência artificial (IA) que possam ser utilizados e aplicados com segurança.

O <u>Livro Branco</u> antecipa um quadro para uma inteligência artificial fiável, baseado na excelência e na confiança, mobilizando recursos públicos e privados, trabalhando com os Estados-Membros e a comunidade de investigação e atrair e manter talentos. Por outro lado, e dado que os sistemas de IA podem ser complexos e comportar riscos significativos em determinados contextos, é essencial criar confiança. Para os casos de alto risco, como a saúde, o policiamento ou os transportes, os sistemas de IA devem ser transparentes, rastreáveis e garantir a supervisão humana. Do mesmo modo que verificam os cosméticos, os automóveis ou os brinquedos, as autoridades devem poder testar e certificar os dados utilizados pelos algoritmos, assegurando o respeito pelos direitos fundamentais, em especial a não discriminação. Embora atualmente a utilização do reconhecimento facial para identificação de dados biométricos à distância seja geralmente proibida e só possa ser utilizada em casos excecionais e devidamente justificados e proporcionados, sob reserva de diversas salvaguardas e com base no direito da UE ou nacional, a Comissão pretende lançar um amplo debate sobre as circunstâncias que, caso se verifiquem, poderão justificar tais exceções.

Por outro lado, o objetivo da estratégia europeia para os dados é garantir que a UE se torna um modelo e um líder, criando um mercado único dos dados, que permita desbloquear os dados não utilizados, permitindo-lhes circular livremente na União Europeia e em todos os setores em benefício das empresas, dos investigadores e das administrações públicas.

A Comissão irá, em primeiro lugar, propor o estabelecimento do quadro regulamentar adequado no que respeita à governação, ao acesso e à reutilização de dados entre empresas, entre as empresas e as administrações públicas e no seio das administrações. Em segundo lugar, a Comissão pretende apoiar o desenvolvimento dos sistemas tecnológicos e da próxima geração de infraestruturas, o que permitirá à UE e a todos os intervenientes tirar partido das oportunidades da economia dos dados. Contribuirá para investimentos em projetos europeus de grande impacto sobre os espaços europeus de dados e as infraestruturas de computação em nuvem fiáveis e eficientes do ponto de vista energético. Por último, lançará ações setoriais específicas, a fim de criar espaços de dados europeus em áreas como, por exemplo, a produção industrial, o pacto ecológico, a mobilidade ou a saúde.

- Próximas etapas

A Comissão apresentará ainda este ano o pacote legislativo sobre os serviços digitais e um Plano de Ação para a Democracia Europeia, proporá uma revisão do Regulamento eIDAS e reforçará a cibersegurança através da criação de uma ciberunidade conjunta. O Livro Branco sobre a Inteligência Artificial, agora publicado, está aberto para consulta pública até 19 de maio de 2020.

A Comissão está também a recolher <u>opiniões sobre a sua estratégia para os dados</u>. Tendo em conta os contributos recebidos, a Comissão adotará novas medidas para apoiar o desenvolvimento de uma IA fiável e da economia dos dados



3. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

Em <u>reunião</u> realizada a 17 de fevereiro, foi nomeado <u>Tuomas Saarenheimo nomeado presidente</u> do <u>Grupo de Trabalho do Eurogrupo</u>. A <u>Comissão Europeia</u> fez uma apresentação sobre as prioridades da UEM e a revisão do primeiro e do segundo pacotes legislativos sobre a governação económica – questões relacionadas com a área do euro.

No âmbito dos debates temáticos sobre o crescimento e o emprego, o Eurogrupo trocou pontos de vista acerca da carga fiscal sobre o trabalho. O debate incidiu sobre a transferência da tributação do trabalho para a fiscalidade ambiental, com base numa nota da Comissão sobre Carga fiscal sobre o trabalho e uma apresentação do professor Ottmar Edenhofer, diretor do Mercator Research Institute on Global Commons and Climate Change e do Instituto de Potsdam para a Investigação sobre o Impacto sobre o Clima.

No que diz respeito às <u>previsões económicas europeias. Inverno de 2019 e</u> às Recomendações para a área do euro em 2020, o Eurogrupo chegou a acordo sobre cinco prioridades para 2020:

- reformas estruturais
- sustentabilidade orçamental e investimento público
- mercados de trabalho e inclusão social
- estabilidade financeira
- aprofundamento da UEM.

Em formato inclusivo, os ministros adotaram um Relatório acerca de um possível acordo intergovernamental sobre o instrumento orçamental de convergência e competitividade, no seguimento do convite que a Cimeira do Euro de dezembro de 2019 havia feito ao Eurogrupo para dar, sem demora, um contributo sobre as soluções adequadas para o financiamento do BICC, de modo a que seja possível finalizar este instrumento no contexto do próximo quadro financeiro plurianual (QFP).

Finalmente, e no tocante à União Bancária, a Dinamarca como a Suécia emitiram recentemente relatórios sobre as implicações de uma eventual participação na União Bancária. Os ministros Nicolai Wammen e Magdalena Andersson apresentaram os principais aspetos destes relatórios:

- Relatório sobre a participação na união bancária: Dinamarca
- Relatório sobre a participação na união bancária: Suécia

Conselho de Assuntos Gerais

A <u>reunião</u>, realizada a 17 de fevereiro, serviu de preparação ao Conselho Europeu Extraordinário sobre o quadro financeiro plurianual da UE para o período de 2021-2027.

Conselho (Negócios Estrangeiros)

O <u>Conselho dos Negócios Estrangeiros</u> de 17 de fevereiro foi informado pelo Alto Representante Josep Borrell sobre os desenvolvimentos no p<u>rocesso de paz no Médio Oriente</u>,



no seguimento da recente iniciativa dos EUA neste âmbito. O Conselho debateu ainda os seguintes temas:

- Síria: discurso de Josep Borrell (AR/VP) no PE sobre a atual situação e declaração comum do alto representante Josep Borrell e do comissário Janez Lenarčič sobre a situação em Idlib;
- <u>Líbia</u>: os ministros chegaram a um acordo político quanto ao início de uma nova operação no Mediterrâneo, tendo em vista fazer cumprir o embargo ao armamento imposto pelo Conselho de Segurança da ONU. Entre as suas funções secundárias podem contar-se a luta contra a criminalidade organizada responsável pela migração e a formação da guarda costeira e da marinha líbias. A nova operação contará com meios aéreos, marítimos e por satélite e o seu teatro de operações será definido de acordo com o mandato acordado. Os ministros concordaram em que o potencial impacto sobre os fluxos migratórios fosse alvo de um acompanhamento cuidadoso, podendo, em alguns casos, determinar a retirada dos meios marítimos da zona em questão.
- Relações UE-União Africana: debate com o objetivo de fornecer orientações políticas para as futuras prioridades estratégicas com África, tendo em vista a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros UA-UE e da 6.ª Cimeira UE-União Africana, que terá lugar em Bruxelas, em outubro de 2020.

A Comissão Europeia deverá apresentar em 4 de março de 2020 uma comunicação conjunta dedicada ao tema "uma estratégia global com África".

- Relações UE-Índia: almoço informal com o MNE da Índia, Subrahmanyam Jaishankar, na perspetiva da 15.ª Cimeira UE-Índia, que deverá ter lugar em 13 de março, em Bruxelas. Recorde-se que, no âmbito da visita de Estado que o Presidente da República portuguesa realizou à Índia este mês, <u>foi anunciado que as relações com este país serão um ponto central da Presidência portuguesa da UE</u> em 2021.

Conselho ECOFIN

O Conselho de <u>Assuntos Económicos e Financeiros</u> de 18 de fevereiro promoveu uma série de <u>debates</u>, destacando-se a adoção de Conclusões sobre a <u>Lista da UE de jurisdições não cooperantes</u>, aditando as Ilhas Caimão, Palau, Panamá e Seicheles, que não aplicaram as reformas fiscais a que se tinham comprometido no prazo acordado.

Além disso, e no âmbito do <u>Semestre Europeu de 2020</u>, o Conselho adotou as <u>Conclusões sobre a Estratégia anual para o crescimento sustentável 2020</u>, as <u>Conclusões acerca do Relatório sobre o Mecanismo de Alerta</u> e a <u>Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro</u>

Finalmente, a Comissão apresentou a sua comunicação sobre a análise da governação económica da UE, publicada em 5 de fevereiro. Registe-se que a economia europeia registou sete anos de crescimento consecutivo. Neste momento não há nenhum Estado-Membro sujeito ao chamado "procedimento de défice excessivo", comparativamente com o que sucedeu a 24 Estados-Membros em 2011.



Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) sobre Educação

Realizado a 20 de fevereiro, este <u>Conselho</u> adotou uma <u>Resolução sobre educação e formação no semestre europeu</u> e promoveu um <u>debate</u> sobre o equilíbrio na circulação de talento e de "cérebros" na UE, com base numa nota da Presidência <u>'Brain circulation – a driving force for the European Education Area'.</u>

4. BREXIT - RELAÇÃO FUTURA

O <u>Conselho de Assuntos Gerais</u> do próximo dia 25 de fevereiro deverá adotar o mandato da UE para as negociações relativas à <u>futura relação com o Reino Unido</u>, sendo que os Estados-Membros têm estado a debater a <u>proposta de diretrizes negociais</u> apresentada pela Comissão Europeia.

É possível recolher alguns sinais de divergências importantes certas em matérias, com o Reino Unido a alegar que a UE está a pressionar uma negociação que tem como premissa o alinhamento com o level playing field europeu em matéria ambiental, de direitos laborais e, fundamentalmente, no importante setor das pescas (uma análise interessante da BBC pode ser consultada aqui), designadamente o acesso à zona económica exclusiva britânica após o Brexit:



O negociador chefe do

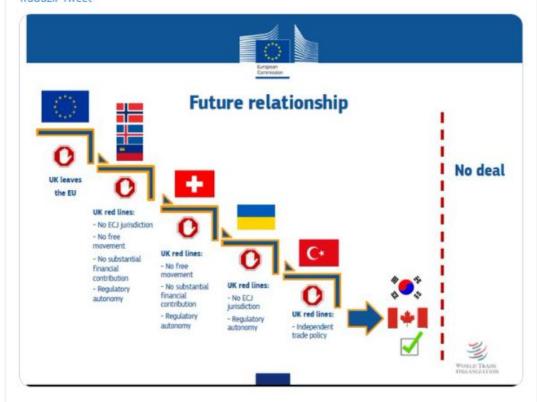
Reino Unido, David Frost, proferiu esta semana um discurso na Universidade Livre de Bruxelas, cuja análise do *Politico* pode ser lida <u>aqui</u>, no qual afirmou que a posição negocial de Londres "não é suscetível de ser alterada sob pressão" e que corresponde "à essência do que significa ser um país independente". Nas redes sociais, o governo britânico afirmou que a Comissão havia declarado, em 2017, que o futuro acordo com o Reino Unido seria um convénio idêntico aos existentes com o Canadá e o Japão e que a exigência agora colocada ao Reino Unido de "alinhamento dinâmico" com as regras da UE não se aplicou a esses países.





In 2017 the EU showed on their own slide that a Canada type FTA was the only available relationship for the UK. Now they say it's not on offer after all. @MichelBarnier what's changed?

Traduzir Tweet



11:19 PM · 18 de fev de 2020 · Twitter Media Studio

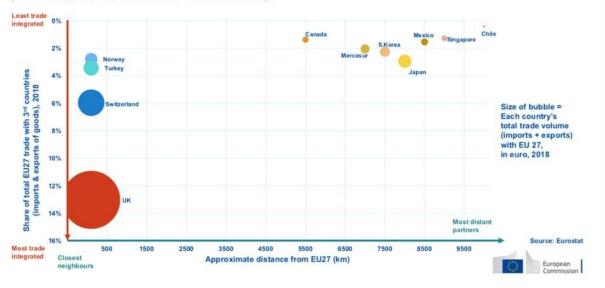
A Comissão Europeia clarificou que, em primeiro lugar, o compromisso com esse alinhamento consta da Declaração Política assinada em outubro de 2019² e que o slide de 2017 tinha como quadro de referência o acesso ao mercado interno da União. Por outro lado, a UE sempre referiu que a dimensão da economia britânica, a sua proximidade geográfica à UE e a interdependência existente fariam com que os padrões de nivelamento idênticos aos do Canadá nunca seriam aceitáveis para os Estados-Membros. Assim, Michel Barnier respondeu com novo grafismo, onde situa a relação com o Reino Unido em termos de proximidade geográfica e intensidade de comércio:

_

² E onde se pode ler, no original: "Given the Union and the United Kingdom's geographic proximity and economic interdependence, the future relationship must ensure open and fair competition, encompassing robust commitments to ensure a level playing field."



EU Free Trade Agreements Geography & trade intensity



5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Não haverá trabalhos parlamentares em Bruxelas na próxima semana.

Comissão Europeia

A próxima reunião do Colégio de Comissários será no dia 4 de março e deverão ser <u>adotadas</u> a *Lei Europeia sobre o Clima*, a *Estratégia de Igualdade de Género* e a *Estratégia para as relações com África*.

Conselho da União Europeia

- Conselho de Assuntos Gerais (25.02)
- Conselho de Competitividade (27 e 28.02)

Bruxelas | 21 de fevereiro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Para consultar as Sínteses anteriores, clique aqui.